



## Comissão estuda organização do Arquivo Geral do TJ/AM

O Arquivo do Poder Judiciário deve passar por uma completa organização, com vistas à preservação dos documentos administrativos, fiscais, financeiros e jurídicos de seu acervo. O trabalho, que está a cargo da Comissão de Gestão Documental, instituída pela Portaria nº 3.775/2007, tem como finalidade identificar e definir os valores e prazos de guarda do conjunto documental produzido, recebido e acumulado pelo Judiciário.

Atualmente, existem três arquivos: dois no Fórum Ministro Henoch Reis, onde ficam armazenados documentos administrativos e os processos transitados em julgado do próprio Fórum e do Tribunal de Justiça, e outro localizado no Depósito Judicial, no qual estão guardados os processos mais antigos do Tribunal, alguns históricos, datados do início do século 19, que podem vir a compor o patrimônio cultural do Poder Judiciário.

A Comissão, presidida pelo juiz Cezar Luiz Bandiera, tem prazo de 60 dias para concluir este trabalho.

### Procedimentos

O primeiro passo para organização e atualização do Arquivo do TJ/AM já foi dado, neste mês, com a aplicação de um questionário do levantamento da produção documental destinado a diretores e

coordenadores. Através dele, foi possível identificar as espécies documentais produzidas pelo Tribunal, bem como o período em que os mesmos precisam ser armazenados.

O segundo passo, já em andamento, é avaliar de acordo com as leis vigentes os prazos apresentados, e em seguida, elaborar um plano de classificação de documentos e uma tabela de temporalidade, os quais deverão ser submetidos à apreciação e aprovação da Presidência ou ao Colegiado do Tribunal de Justiça.

Para o membro da Comissão e especialista em Arquivologia, Manoel Pedro de Souza Neto, “estes dois instrumentos constituem em atividade essencial do ciclo de vida documental arquivístico, pois definem quais documentos serão preservados e em que momento poderão ser eliminados ou destinados aos arquivos intermediário e permanente”.

Manoel acredita que esta sistematização vai possibilitar que os documentos sejam armazenados de forma mais eficiente, inclusive para futuras pesquisas: “Todo material será arquivado de acordo com o plano de classificação e a tabela de temporalidade. A intenção é que fiquem centralizados em um único local, que ainda será definido pelo Tribunal”. Ele acrescenta que “aqueles, por outro lado, que estiverem com o prazo de validade expirado, serão eliminados do arquivo”.

Conheça a Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas

Página 3

Time de futsal do TJ/AM é vice-campeão dos Jogos do Servidor

Página 4

Núcleo de Conciliação promove encontro dias 28 e 29

Página 4

## P E R F I L

A servidora Maria Doralice Marcião nasceu em Alenquer (PA) e veio para Manaus aos 15 anos. Aqui, fez o curso de Técnico Administrativo no Colégio Solon de Lucena e, religiosa, conta que gosta de ir à igreja para rezar.

Diz que sua vida sempre foi de trabalho: ficou sete anos na Gradiente e está no Tribunal desde 1986. Em 1990 passou para o Arquivo, setor que mudou do anexo do antigo Palácio para o subsolo do Fórum Ministro Henoch Reis em novembro de 2006. Ela conta que foram quatro caminhões, um por dia, para transportar todos os processos administrativos e jurídicos pertencentes ao acervo.

Os documentos começaram a ser colocados em estantes há pouco tempo; a maioria aguarda a chegada de mais prateleiras para a organização. “Meu sonho mesmo é resolver isto aqui”.

Como chefe de setor, Doralice recebe os processos, guarda-os e os encaminha aos setores quando solicitados. Os pedidos vêm principalmente das Divisões de Pessoal, Expediente, Orçamento e Informação, para obter documentos sobre a vida funcional dos servidores e magistrados.

A poucos anos de se aposentar, Doralice dedica parte de seu tempo ao maído e ao filho, e diz que gosta do seu trabalho. “O que eu faço, faço com amor”, declara.



## Palestra mostra passos da liderança

Quando os funcionários trabalharem em equipe, vão conseguir encurtar o prazo entre o protocolo da petição e a sentença. A mensagem é do diretor-presidente da Masa da Amazônia, Ulisses Tapajós, que ministrou a palestra “Liderança empreendedora, servidora e participativa”,

em 29 de outubro, para cerca de 300 servidores e magistrados no Auditório do Edifício Desembargador Arnoldo Péres.

Ulisses falou do trabalho de recuperação da empresa a partir de 1993, que a levou a ser considerada pela Revista Exame em 2006 a melhor para se trabalhar no Brasil. Para isto, a direção adotou nova gestão de processos e implantou cursos supletivos para os funcionários dentro da organização.

O diretor aponta o estudo como essencial para o alcance das metas: “O Tribunal de Justiça não será o melhor se as pessoas não se aperfeiçoarem”. Outros dois itens apontados para o sucesso da empresa são o desenvolvimento de líderes e a comunicação intensa e objetiva, práticas que, segundo Ulisses, servem também ao Judiciário.

Na opinião da diretora Darcicleide Ferreira de Souza, da Secretaria do 13º Juizado Especial Criminal, o Tribunal de Justiça subiu mais um degrau, ao tomar a iniciativa de promover este evento. Ela afirma que nunca havia sentido tanto prazer em se deslocar do local trabalho para assistir a uma palestra: “Estou certa de que a semente foi plantada, só resta agora aguardar os frutos; com certeza eles nascerão”.



Práticas da iniciativa privada também podem ser adotadas pelo Judiciário, diz Ulisses

## F I Q U E P O R D E N T R O

➔ Os técnicos judiciários e técnicos judiciários auxiliares que ainda não retiraram as senhas de acesso ao Sistema de Gestão de Recursos Humanos (GRH/DP) devem procurar a equipe da Divisão de Pessoal, no Edifício Desembargador Arnoldo Péres, ou da Coordenadoria de Recursos Humanos, no Fórum Ministro Henoch Reis.

Depois disto, se tiver alteração no cadastro, é preciso entrar com requerimento e cópia autenticada dos documentos que comprovem as atualizações. Se preferir, o funcionário pode apresentar a documentação na Divisão de Pessoal e solicitar lá mesmo o

carimbo “CONFERE COM O ORIGINAL”.

➔ Para averbação de tempo de serviço para fins de aposentadoria o funcionário deve entrar com requerimento no Protocolo Administrativo, anexando ao processo certidão original ou cópia autenticada em cartório do documento comprobatório da contribuição à previdência. Se o funcionário trabalhou em regime de Consolidação as Leis do Trabalho (CLT), a certidão deve ser obtida junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); no caso de serviço público municipal, estadual ou federal, o documento deve ser obtido

junto ao próprio órgão.

➔ Os processos de inclusão de dependentes também devem ter anexa no ato do protocolo cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento para a comprovação do vínculo familiar ou tutela.

➔ O período de fechamento da folha de pagamento do TJ/AM vai do 21º dia de um mês ao 20º de outro. Desta forma, as faltas sem justificativa relativas ao período de 21 de setembro a 20 de outubro serão descontadas no pagamento de 26 de novembro; as faltas de 21 de outubro a 20 de novembro terão desconto em 26 de dezembro, e assim sucessivamente.

# Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas

A Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas realiza ações de caráter preventivo, educativo e ressocializador, a fim de reconduzir o beneficiário de substitutivos penais ao convívio social. Para isto, a equipe realiza entrevistas com as pessoas encaminhadas, visitas domiciliares e institucionais, palestras, aplicação de testes psicológicos e promove sessões de terapia em grupo.

Localizada no quinto andar do Fórum Ministro Henoch Reis, a Vemepa - antiga Central de Medidas e Penas Alternativas (Ceapa), instalada em julho de 2003 -, foi transformada em Vara em setembro de 2006, através da Resolução nº 9/2006. Com a mudança, novas competências passaram a ser de responsabilidade da Vara e o número de processos aumentou.

A equipe ainda trabalha no levantamento e organização dos processos recebidos até outubro; são cerca de 380 de livramento condicional, quase 300 processos de pena e aproximadamente mil medidas (de transação penal, oriundas de julgados especiais e de trânsito; e de suspensão condicional de processos, oriundas das Varas Criminais).

Quando era Ceapa, o setor recebia acordos e penas substitutivas; agora, como Vara, também cuida de processos que eram de competência das Varas de Execuções Criminais, como os de livramento condicional. São aqueles em que as pessoas, no fim da pena, saem do sistema carcerário e comparecem regularmente em juízo e

a locais determinados para participar de atividades específicas.

O objetivo é monitorar e fiscalizar as execuções de penas restritivas de direito, medidas alternativas, suspensão condicional de processos e penas, e ainda de livramento condicional, conforme a Lei Complementar Estadual nº 50/2006. O trabalho é feito por profissionais e universitários de Psicologia, Serviço Social e Direito, que fazem avaliações, a fim de auxiliar o juiz na audiência.

A equipe lida com duas situações: pela primeira, monitora medidas para resolver questões sem processo, conforme acordo definido com promotor,

chamado “transação penal”. É o caso de usuários de drogas e pessoas envolvidas em questões de trânsito. “Para eles, responder a um processo é tão constrangedor que eles aceitam a transação penal”, afirma a juíza Telma de Verçosa Roessing, responsável pela vara.

Na segunda situação encontram-se pessoas envolvidas em infrações de média gravidade: quando os réus são processados, julgados e condenados. Os processos vêm de Varas Criminais, quando não cabe mais recurso (transitado em julgado), e chegam à Vemepa para que seja executada a pena.



*Técnica Kelly de Oliveira, juíza Telma de Verçosa Roessing e técnicas Raquel de Souza e Rosana Costa discutem atividades a serem realizadas pela Vemepa*

## Parcerias

Convênios firmados com 262 instituições, como creches, hospitais, escolas, entre outras, formam uma rede social de apoio para aplicação de penas alternativas. No convênio, se estabelece o cadastro de necessidades para serviço (funções a serem desempenhadas pelas pessoas encaminhadas) e materiais (de expediente, alimentos, fraldas, limpeza, entre outros).

A intenção é buscar perspectivas de trabalho, emprego, renda e formação profissional. Para isto, já foram realizadas reuniões com representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para estimular o empreendedorismo, e do Sistema Nacional de Empregos (Sine), para esclarecer sobre o cadastramento para

solicitação de emprego.

“O que se quer é mostrar às pessoas que, se quiserem, podem retomar a vida de forma digna, apesar daquilo que passaram”, afirma Telma. Sobre a reincidência, a juíza diz que ainda não há como calcular, mas cogita que seja ocasional, por se tratar de pessoas que nunca estiveram antes envolvidas em processos.

A programação para os beneficiários também inclui palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, violência doméstica, trânsito, saúde da mulher, pensão alimentícia e motivação.

## Terapia em grupo

Na terapia comunitária - técnica desenvolvida pelo professor Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará, há 18 anos -, terapeutas do Conselho Estadual de Entorpecentes do Amazonas

(Conen) fazem reuniões quinzenais na Sala de Apoio da Vemepa, localizada no subsolo do fórum, em que os participantes falam sobre suas ansiedades e situações vivenciadas. A intenção é oferecer apoio mútuo aos beneficiários e familiares que acompanham a atividade, a fim de tentar reduzir os fatores de risco da violência e criminalidade.

Os resultados não são imediatos, mas depoimentos de participantes apontam para o sucesso dos encontros. O pai de um jovem infrator revela que o acompanhamento tem surtido efeitos positivos; outro homem se diz mais calmo e carinhoso com a esposa depois de ter participado da terapia; e algumas pessoas pediram para continuar a participar das sessões mesmo depois de terminado o prazo determinado.



# TJ/AM conquista vice-campeonato nos Jogos do Servidor Público do Amazonas



Juiz Diógenes Pessoa e servidor Geraldo Filho durante entrega da premiação

O time de futebol de salão do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM) conquistou o vice-campeonato nos Jogos do Servidor Público do Amazonas. Realizado no período de 26 de outubro a 4 de novembro, o evento reuniu 36 equipes de todo o estado nesta modalidade esportiva.

Formada pelos funcionários Alexandre (Vara de Trânsito), Júnior (Distribuição), José (Central de Mandados), Filho (Recepção), Ladislau (Vara de Trânsito), Pinheiro (Protocolo), Haggi (3º Vara Cível), Raimundo (Central de Mandados),

Vargas (2ª Vecute), Cunha (Presidência), Eduardo (6ª Cível) e Braga (2ª Vecute), a equipe do Tribunal disputou partidas com as equipes do município de Manicoré, da Sejel, da Seplan, da Sefaz, da Seduc e, na final, da Polícia Militar.

O presidente Hosannah Florêncio de Menezes publicou a Portaria nº 3.885, que congratula os atletas do Tribunal pela participação nos jogos. Além disso, determinou que a homenagem fosse arquivada no assento funcional de cada servidor do órgão.

## Núcleo de Conciliação promove encontro no terceiro aniversário

O Núcleo de Conciliação das Varas de Família da Comarca de Manaus completa três anos em novembro e traz a Manaus profissionais de renome para o evento de comemoração nos dias 27 e 28, no auditório do Edifício Desembargador Arnaldo Péres.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas na secretaria do Núcleo, no quinto andar do Fórum Ministro Henoch Reis, ou pelo site [www.ncvf.com.br](http://www.ncvf.com.br). Como sugestão de apoio, a organização do evento recebe brinquedos para a sala lúdica do Núcleo.

### Programação:

**27 de novembro, terça-feira:**

19h - I Mostra de Desenhos Infantis do Núcleo;

19h15 - Apresentação do Coral Infantil do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro;

20h15 - Palestra "Os alimentos no novo sistema codificado brasileiro: avanços e recuos", com o professor Eduardo de Oliveira Leite, doutor em Direito Privado pela Universidade de Sorbonne, pós-doutor em Direito de Família pela Université Jean Moulin de Lyon, ambas da França;

**28 de novembro, quarta-feira:**

19h30 - Palestra "O direito de família e seus desafios contemporâneos", com o professor Luiz Edson Fachin, da Universidade Federal do Paraná e doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

20h30 - Palestra "Avanços em determinação de paternidade pelo DNA", com o professor doutor Sérgio Danilo Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais e diretor-presidente do Núcleo de Genética Médica de Minas Gerais.

21h30 - Encerramento.

## Justiça Itinerante participa de ação na Compensa



A equipe da Justiça Itinerante participou do evento Câmara Cidadã, em 31 de outubro, na Escola Estadual Eldah Bitton Telles da Rocha, na Compensa. Durante a atividade, 31 pessoas receberam orientação sobre assuntos como separação, divórcio, ações de despejo, dívidas e pensão alimentícia.

Também foi realizada audiência com um casal, encaminhamento de dois jurisdicionados a cartórios para correção de sobrenome e de conteúdo falso em certidões. A equipe ainda tentará viabilizar, junto a tribunais de outros estados, certidão de nascimento para que outra pessoa possa dar entrada ao processo de aposentadoria.

## EXPEDIENTE

Informativo RH - Coordenadoria de Recursos Humanos  
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Presidente: Desembargador Hosannah Florêncio de Menezes  
Vice-Presidente: Desembargador Francisco das Chagas Auzier Moreira  
Corregedor: Desembargador João de Jesus Abdala Simões

Coordenadora: Raquel Assis de Andrade Claudino  
Jornalista Responsável: Patrícia Ruon Stachon - SC 01258-JP  
Editoração eletrônica: Cláudio Gaia  
Textos e fotos: Aline Pantoja e Patrícia Ruon Stachon  
Endereço: Avenida André Araújo, s/nº - Aleixo - Manaus  
Fone/fax: (92) 2129-6745. E-mail: [rh@tj.am.gov.br](mailto:rh@tj.am.gov.br)